



---

## DESCRIÇÃO DAS PRÁTICAS DE TESTAGEM EMPREENDIDAS NO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA DA ABAE ENTRE OS ANOS DE 1968 E 1971<sup>1</sup>

Isabela Corine Celestino Nogueira\*

### RESUMO

*O presente trabalho descreveu o percurso formativo de duas Orientadoras Educacionais, que também foram especializadas em Psicologia, durante o processo de regulamentação da profissão no Brasil. Também descreveu as práticas de testagem empreendidas em um serviço de Orientação Psicopedagógica, a partir de queixas a respeito do “nível mental”, enunciadas em uma instituição de ensino especial. A pesquisa se deu através da revisão bibliográfica a respeito da Orientação Educacional brasileira e da análise documental de prontuários, folhas de testes e currículos das profissionais que atuaram no referido serviço. Alcançou-se resultados que demonstram que as profissionais, formadas em Pedagogia e Orientação Educacional, foram especializadas em Psicologia através de cursos com temas específicos e que predominava a utilização de testes objetivos que mensuravam o constructo inteligência, quando apresentada a queixa “nível mental”.*

**Palavras-chave:** Orientação Educacional; Testagem Psicológica; Psicologia; História da Psicologia.

---

<sup>1</sup> TCC em formato de artigo, apresentado ao Centro Universitário Presidente Antônio Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

\* Estudante do 10º período de Psicologia do Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - UNIPAC Barbacena. E-mail: 181-005815@aluno.unipac.br



---

## INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX, segundo Borges e Campos (2018), foi marcada pela criação de escolas especiais, tais como as APAEs. A entidade barbacenense, fundada em 1962, contava com serviços especializados de assistência médico-pedagógica, dentre eles o Serviço Psicopedagógico, o qual será estudado no presente trabalho de conclusão de curso.

A problemática levantada pela autora deu-se em uma experiência de iniciação científica realizada entre os anos de 2020 e 2021. Nesta oportunidade, deparou-se com prontuários do Serviço de Orientação Psicopedagógica da Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais (ABAE) – atual APAE, da cidade de Barbacena – e a utilização de testes psicológicos, aplicados a partir de queixas sobre o nível mental dos assistidos pela instituição.

Em pesquisa a respeito da entidade barbacenense, obteve-se dados que apontam que o Serviço de Orientação Psicopedagógica era dirigido por duas categorias profissionais, um Orientador Educacional e um Psicólogo. A partir disso, obteve-se o objetivo geral dessa pesquisa: descrever as práticas de testagem empreendidas nesse serviço, em correlação com as queixas apresentadas. Bem como objetivos específicos: (1) compreender as práticas e a história da Orientação Educacional no Brasil e; (2) delinear o percurso formativo daquelas atuantes no Serviço de Orientação Psicopedagógica da ABAE. O trabalho colabora com a História da Psicologia brasileira, no que tange sua inserção na educação, bem como suas relações com as práticas orientativas.

Nas próximas seções, apresenta-se inicialmente o referencial teórico utilizado e a metodologia empregada. Logo após, uma revisão bibliográfica acerca da Orientação Educacional brasileira e suas interfaces com a Psicologia. Um breve histórico da entidade barbacenense, seguido da apresentação do percurso formativo das profissionais que atuaram no serviço estudado, da descrição das práticas de testagem dos prontuários recolhidos. E, finalmente, o estudo das ferramentas utilizadas e documentadas nos prontuários.



---

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais (ABAE) foi fundada em 1962, por Lea Paolucci Cascapera, Túlio Octavio de Araújo Lima e Ítalo Sogno (DRUMOND, 2015). Mesmo ano em que a Psicologia conquistou reconhecimento enquanto profissão em âmbito nacional pela Lei nº 4.119, em 27 de agosto (BRASIL, 1962). A entidade foi registrada no Conselho Nacional de Serviço Social em 1965 e na Federação Nacional da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (FENAPAES) em 1966 (DRUMOND, 2015), demonstrando estar a par do movimento apaeano que se consolidava no Brasil desde a fundação da primeira entidade, em 1954, no Rio de Janeiro (JANNUZZI; CAIADO, 2013).

A primeira APAE foi fundada em 11 de dezembro de 1954 em uma reunião que aglomerou figuras importantes a respeito da Educação Especial da época, dentre elas, Helena Antipoff<sup>2</sup> (JANNUZZI; CAIADO, 2013). Surgiu “como sociedade civil e com sede e foro no Distrito Federal” (JANNUZZI; CAIADO, p. 8, 2013), que até então era o Rio de Janeiro, e com objetivo de promover bem-estar e ajustamento social de pessoas excepcionais, atendendo todas as faixas etárias. O primeiro estatuto da APAE, aprovado em 1963, caracterizou a associação como uma sociedade civil de caráter assistencial e educacional, sem fins lucrativos e de duração indeterminada (JANNUZZI; CAIADO, 2013).

No que tange a entidade barbacenense, Drumond (2015) relata que, com vistas a cumprir com seus primeiros estatutos, a mesma era dirigida a partir de quatro órgãos, dentre eles estava o de Execução e Supervisão, onde se mantinham os serviços especializados da ABAE, sendo eles: “médico, psicopedagógico, social e de relações públicas” (DRUMOND, p. 106, 2015). O serviço psicopedagógico era composto por um psicólogo e um orientador educacional e era incumbido de prestar

---

<sup>2</sup> Educadora Russa convidada pelo governo mineiro para auxiliar na reorganização da educação pública em Minas Gerais. Desse modo, Helena Antipoff chega ao Brasil em 1929, incumbida de organizar e lecionar no primeiro Laboratório de Psicologia Experimental de Minas Gerais, em Belo Horizonte (CIRINO, 1984).



---

assistência e orientação a alunos, pais e professores. Realizava-se, portanto, testagem, avaliação e diagnóstico, com interesse primordial em mensurar a idade mental e o quociente intelectual (DRUMOND, 2015).

A partir dos documentos apreciados no presente trabalho, constatou-se estreita relação entre as práticas profissionais das psicólogas e orientadoras educacionais. O que gerou dúvidas sobre os limites e potencialidades dos procedimentos realizados por cada uma delas, sobretudo no Serviço de Orientação Psicopedagógica da ABAE.

Sabe-se que a Orientação Educacional surgiu após a Revolução Industrial, quando a educação deixou de ser ofertada no lar, passando a ser realizada em instituições escolares, perdendo assim seu caráter orientativo que era basicamente o compartilhamento de valores àqueles que estavam sendo educados, tornando-se uma educação pautada na instrução, isto é, no ensino de matérias (GIACAGLIA; PENTEADO, 2015). Nasce, portanto, em uma tentativa de suprir a orientação ofertada no lar quando, em 1890, o governo dos EUA cria a educação compulsória, oferecida em instituições escolares, envolvendo diferenças fundamentais no aspecto financeiro das famílias e, conseqüentemente, na saúde física e mental das crianças que se agrupavam nas instituições escolares (GIACAGLIA; PENTEADO, 2015).

A Orientação Educacional no Brasil surge a partir da Orientação Vocacional e Profissional, com vistas a sanar a necessidade de selecionar trabalhadores (mão de obra especializada) durante os esforços de industrialização (GIACAGLIA; PENTEADO, 2015). Adotou, nesse sentido, o *Educational Guidance* estadunidense, que foi influenciado fortemente pelo positivismo camteano (GIACAGLIA; PENTEADO, 2015). O que explica, ainda que brevemente, a tendência psicométrica adotada no Serviço de Orientação Psicopedagógica da ABAE.

Os testes psicológicos chegaram ao Brasil tanto pela via da educação quanto do trabalho. No início do século XX, com a ascensão do desenvolvimento industrial e a necessidade da capacitação do operariado, surge uma ideia de educação pautada na instrução. Houve reivindicações a respeito do aumento do número de escolas e do combate ao analfabetismo (ANTUNES, 2014). Nesse sentido, um dos primeiros locais nos quais os instrumentos psicológicos foram utilizados foram as escolas normais,



---

com objetivo de ter-se conhecimento do desenvolvimento das crianças submetidas ao ensino público regular e especial (PASQUALI; ALCHIERI, 2001). Tais instrumentos eram utilizados em decorrência do “novo compromisso com a educação e de problemas específicos da psicologia com a mesma” (PASQUALI; ALCHIERI, p. 200, 2001). O movimento de testagem brasileiro, desse modo, ganha força na educação a partir da democratização do ensino.

A utilização de ferramentas para medir constructos psicológicos surge a partir de uma ideia de psicologia científica, nascida na Europa no século XIX. Segundo Campos (2003) ela “visava compreender a mente humana utilizando dados objetivos, obtidos através da metodologia da introspecção controlada” (p. 129). Somado a isso, um movimento de higiene mental ganhava força com objetivo principal de prevenir distúrbios mentais, o que precede, também, a inserção da Psicologia na educação, como aponta a autora:

A aproximação entre a medicina e a educação, que culminou em grande contribuição para a constituição do campo da psicologia, foi realizada principalmente por meio do movimento da higiene mental e da prática com instrumentos de diagnóstico psicológico, como os testes de nível mental (CAMPOS, p. 133, 2003).

Atesta-se o exposto quando, ao revisitar a história da psicometria brasileira, Pasquali e Alchieri (2001) expõem que o primeiro laboratório de Psicologia brasileiro foi criado em 1907, em anexo ao Hospital Nacional de Alienados, no Rio de Janeiro. E em 1913 se utiliza pela primeira vez um teste de inteligência de Alfred Binet (1857-1911), buscando adaptá-lo para ser aplicado nos pacientes do Hospício Nacional, anteriormente citado.

## 2 MÉTODOLOGIA

O presente trabalho buscou responder a problemática vislumbrada em uma experiência de iniciação científica para a qual foram fotografadas a capa de 141 prontuários. Dado o grande volume de documentos do Serviço de Orientação



---

Psicopedagógica da atual Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do município de Barbacena, foram selecionados três dentre eles para este Trabalho de Conclusão de Curso. O critério utilizado para a seleção dos prontuários foi o fato de que são os prontuários das crianças fundadoras da instituição. Após isso, foi feita uma tabulação de todas as informações contidas nas capas. Vale informar que, apesar do recorte temporal ter sido delineado inicialmente entre 1962 e 1971, anos escolhidos a partir da regulamentação profissional da Psicologia no Brasil e a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, respectivamente, os documentos encontrados com a capa do serviço supracitado datam dos anos de 1968 a 1972.

Trata-se de uma pesquisa descritiva e qualitativa, com vistas a caracterizar o Serviço de Orientação Psicopedagógica a partir da formação das profissionais atuantes no mesmo, da revisão bibliográfica acerca de tal formação e do estudo das técnicas empreendidas para a avaliação e o acompanhamento especializado das mencionadas crianças fundadoras, levando em consideração a queixa apresentada para seu atendimento. Para tanto, recolheram-se no acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História da Psicologia, ligado à Universidade Federal de São João Del Rei, os currículos dessas profissionais. Fez-se também uma revisão bibliográfica a respeito da história da Orientação Educacional no Brasil através de artigos publicados entre os anos de 1950 a 1970 na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP e da obra “Orientação Educacional na Prática: princípios, histórico, legislação, técnicas e instrumentos” de Giacaglia e Penteado, em sua sexta edição publicada em 2010.

Fez-se necessária, ainda, uma revisão bibliográfica sobre a história dos testes psicológicos no Brasil, feita a partir das obras “Técnicas de Exame Psicológico- TEP”, de Luiz Pasquali e João Carlos Alchieri, publicado em 2001 e “A Psicologia no Brasil”, de Mitsuko Aparecida Makino Antunes, publicada em 2014. Ambas dedicam capítulos pertinentes a testes psicológicos no cenário brasileiro.

A partir das técnicas descritas nas capas dos prontuários, fez-se uma checagem no interior dos prontuários analisados, com propósito de conferir se tais técnicas foram, de fato, aplicadas e documentadas. Após tal procedimento, tabulou-



---

se os testes utilizados com os três assistidos selecionados, verificando também a assinatura presente ou não nas folhas de teste. Pesquisou-se em bibliografia especializada o histórico dos testes utilizados, bem como os constructos psicológicos que se propunham a mensurar, cotejando tais informações com a queixa descrita nas capas dos prontuários. Com base nessas comparações, produziu-se a análise historiográfica apresentada nas próximas subseções.

### **3 A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL**

Esta subseção expõe e organiza elementos que subsidiaram a inserção, o desenvolvimento e a difusão da Orientação Educacional no Brasil. Essa contextualização faz-se necessária na medida em que a Orientação Educacional foi implementada em meio a busca pela democratização da educação no país, necessidade vislumbrada a partir dos esforços de modernização, isto é, industrialização e urbanização. Torna-se indispensável compreender as atribuições e o perfil profissional do Orientador Educacional, a partir da legislação acerca da sua implantação na educação brasileira.

#### **3.1 O processo de modernização brasileira e o papel da Orientação Educacional**

Iniciada no século XIX, a segunda Revolução Industrial trouxe mudanças significativas nas formas de educar, uma vez que os pais (ou parentes) que se encarregavam da instrução das crianças passaram a, gradativamente, se ausentar dessas atribuições em decorrência das novas configurações de trabalho. Compreende-se tal mudança a partir da história da infância, que segundo Ferreira e Araújo (2009) se inicia a partir de sua inexistência na baixa Idade Média, onde as crianças não eram apartadas da vida adulta, isto é, participavam ou conviviam com adultos sem reservas. Mais tarde, a falta de zelo ao infantil foi notado pela alta taxa de mortalidade dessa população, dando início à infância enquanto artigo de cuidado e apego familiar, tal como a conhecemos hoje. Foi no século XIX que, com os novos



padrões econômicos e o avanço de uma educação democrática e laica, com vistas ao desenvolvimento social e econômico, passou-se a pensar em uma infância evolucionista, que se concretizaria na fase adulta. “Supõe-se aqui a evolução natural de um ser que tem que ser tratado de uma forma livre, e conhecido em seus movimentos naturais, com a sutil correção de seu trajeto na direção do adulto cidadão e trabalhador” (FERREIRA; ARAÚJO, p. 7, 2009). Pode-se inferir, desse modo, que a sutil correção que os autores enunciam, poderia tratar-se de uma orientação.

Em relação à Orientação Educacional brasileira, Giacaglia e Penteado (2015) mencionam que as mudanças sociais, políticas e econômicas advindas do processo de industrialização, ainda que impactantes para o surgimento da mesma, não foram fatores preponderantes para tal evento. Segundo Farias (1990), ela surge em um período no qual “uma revisão completa no sistema educacional era pregada por políticos e educadores, com vistas não só à oferta de oportunidades escolares a toda a população, como, também, à melhoria da qualidade de ensino” (p. 79).

No sentido de melhorar a qualidade do ensino acontecia, paralelamente à difusão da educação no Brasil, o movimento da Escola Nova, que segundo Antunes (2014) não se opunha ao movimento de democratização da educação citado anteriormente, mas dava a ele uma sustentação teórico-prática.

O escolanovismo fazia parte de um projeto de sociedade, baseado nas ideias de modernidade, em que se fazia necessário um “homem novo”, esculpido pela educação. Soma-se a isso o fato de que, no escolanovismo, a Psicologia constituía-se como uma das mais importantes ciências que fundamentavam sua pretensão de ser Pedagogia Científica (ANTUNES, p. 49, 2014).

Em vista disso, a Psicologia se insere nesse espaço de democratização da educação e, concomitantemente, de transformação das formas de educar, advindas do escolanovismo. Tornando-se um fator indispensável para o progresso de ambos os movimentos, bem como para que a Pedagogia adquirisse um status científico.

A respeito da Orientação Educacional brasileira, tem-se notícia de que o engenheiro suíço Roberto Mange (1885-1955), contratado pelo governo paulista para lecionar no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, foi o primeiro a criar um Serviço de



## UNIPAC

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

Orientação e Seleção Profissional, em 1924. Enquanto Lourenço Filho (1897-1970) foi pioneiro na implantação do modelo norte-americano de Orientação Educacional no Brasil em 1931, quando era chefe do Departamento de Educação do Estado de São Paulo e criou um serviço de Orientação Educacional, colocando Noemi da Silveira Rudolfer (1902-1980) na sua direção (GIACAGLIA; PENTEADO, 2015). No Rio de Janeiro, as professoras Aracy Muniz Freire e Maria Junqueira Schmidt, que tiveram contato direto com o *Educational Guidance* deram início, em 1934, a um movimento de implantação e difusão da Orientação Educacional no estado (GIACAGLIA; PENTEADO, 2015). Após isso, em 1938, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos criou uma subdivisão para implantar a Orientação Educacional no Brasil (GIACAGLIA; PENTEADO, 2015). Nesse sentido, vale informar que a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, editada pela instituição mencionada, ocupou-se da publicação de inúmeros artigos sobre Orientação Educacional, tendo dedicado uma edição ao tema em 1945.

A literatura relativa a Orientação Educacional apresenta duas correntes ou modelos da mesma, a *Educational Guidance* estadunidense e a *Psychologie Scolaire* francesa. Os países que passaram por processos de modernização adotaram, às suas maneiras, e em períodos diferentes, modelos diferentes de Orientação Educacional, de forma que, enquanto nos Estados Unidos prevaleceu uma orientação dirigida a várias áreas da vida do educando, distanciando-se da orientação pautada exclusivamente no trabalho e diferenciando sua práxis daquelas que eram exercidas pelos psicólogos, a *Psychologie Scolaire* surge fazendo menção explícita a uma psicologia realizada no ambiente escolar, e que também seria uma orientação, não se distinguindo portanto, do papel do psicólogo, tal como fez a corrente estadunidense. O Brasil, no entanto, fortemente influenciado pela *Educational Guidance*, criou mais tarde a disciplina de Psicologia do Escolar, que passou a ser ofertada nos cursos de Psicologia (GIACAGLIA; PENTEADO, 2015).

No que concerne às publicações especializadas, o primeiro livro sobre Orientação Educacional publicado no Brasil foi escrito em 1940 por Aracy Muniz



## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

Freire, intitulado “A Orientação Educacional na Escola Secundária” (GIACAGLIA; PENTEADO, 2015). Em 1942, a Orientação Educacional é mencionada pela primeira vez na legislação federal brasileira, nas Leis Orgânicas do Ensino (BRASIL, 1942). Tornaram-se, a partir dessas leis, obrigatórios os serviços de orientação nas escolas secundárias brasileiras, tornando o Brasil o primeiro país no mundo a empregar tal obrigatoriedade em sua legislação.

Mesmo com tais avanços, Giacaglia e Penteado (2015) mencionam que “o primeiro curso oficial para a formação de orientadores escolares no Brasil de que se tem notícia foi criado apenas em 1945, na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas, no Estado de São Paulo” (p. 25).

Em 1958, houve o segundo simpósio de Orientação Educacional<sup>3</sup>, em Porto Alegre, com o tema “Organização e Estrutura da Orientação Educacional”, no mesmo foi publicado o primeiro manual de trabalho para orientadores educacionais, inspirado tanto na linhagem estadunidense, quanto na francesa. Por meio da Portaria nº 105 do MEC, de 1958, foi regulamentada a Orientação Educacional no ensino secundário e, na mesma portaria, passou-se a exigir registro para o exercício da função. Mesmo aumentando demanda por profissionais da Orientação Educacional, entende-se que a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1961) dificultou a formação desses profissionais ao exigir um tempo mínimo de três anos de magistério para a formação em Orientação Educacional (GIACAGLIA; PENTEADO, 2015).

### 3.2 As práticas e o perfil do Orientador Educacional

Muito se tem encontrado na literatura a respeito das atribuições do Orientador Educacional, bem como quais seriam os limites de tais práticas. Nesse sentido, têm-se informações que sugerem que os orientadores formados em Pedagogia também

<sup>3</sup> O primeiro Simpósio de Orientação Educacional aconteceu em 1957, em São Paulo, com o tema “Implantação da Orientação Educacional nas Escolas Médias” e o primeiro Seminário de Orientação Educacional foi em 1959, com vistas a organizar os programas dos cursos de Orientação Educacional (BATISTA, 2020).



## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

administravam testes psicológicos. É o que afirma Giacaglia e Penteado (2015) explicando que “muito da confusão entre as respectivas áreas de atuação desses dois profissionais se deveu ao emprego de testes por ambos” (p. 9). A lei que regulamenta a profissão do psicólogo traz as seguintes informações:

§ 1º Constitui função privativa do Psicólogo e utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos:

- a) diagnóstico psicológico;
- b) orientação e seleção profissional;
- c) orientação psicopedagógica;
- d) solução de problemas de ajustamento (BRASIL, 1962).

Percebe-se que, ao mencionar métodos e técnicas enquanto funções privativas, utilizadas em contextos de Orientação Profissional e Psicopedagógica, a referida lei não menciona explicitamente os testes psicológicos, tampouco define o que viria a constituir tais métodos e técnicas privativas.

Ainda sobre o entrelaçamento dessas duas categorias, psicólogos e orientadores, Giacaglia e Penteado (2015) esclarecem que, apesar de o trabalho de Orientação Educacional ter sido exercido por aqueles que possuíam especialização, o mesmo não era vedado a psicólogos formados. Desse modo, as autoras ainda salientam que os dois profissionais possuíam diferentes fazeres no meio escolar, sendo o psicólogo incumbido de prestar atendimento àqueles casos encaminhados pelo Serviço de Orientação Educacional, cujo profissional poderia ser um pedagogo com especialização em orientação, ou um psicólogo que simplesmente estivesse nesse lugar.

Quais seriam, então, as atribuições e as características desejáveis para um Orientador Educacional? Para Scheffer (1961) ele deveria ter capacidade de estabelecer boas relações; ser útil para o corpo docente, de forma a mediá-lo no relacionamento com os alunos e ser hábil na realização de projetos e atividades com objetivos relacionados ao bom desenvolvimento das metas educacionais. Segundo a autora, deveria ainda ter uma boa maturidade, isto é, boa saúde mental; ter interesses

**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

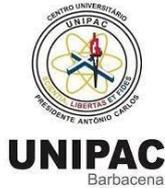
nas atividades escolares; interesse nos problemas da educação; empatia e sucesso no magistério.

O Orientador Educacional identificaria alunos com problemas psicológicos, que seriam encaminhados para o psicólogo (GIACAGLIA; PENTEADO, 2015). No Serviço de Orientação Psicopedagógica da ABAE, os alunos eram encaminhados pelas respectivas escolas nas quais estavam inseridos, porém, esses discentes tinham contato com um orientador educacional no momento do atendimento no Serviço de Orientação Psicopedagógica da ABAE.

É possível notar, mais uma vez, como esses papéis se confundem no seguinte trecho “os testes constituem um meio objetivo, rápido, prático e eficiente de se conhecer o indivíduo. Na escola, os testes asseguram a coleta de informações sobre grandes grupos e fornecem uma base para estender a orientação a todos os alunos” (BESSA, p. 25, 1964). Isto posto, pode-se depreender que a testagem era utilizada pelos orientadores como forma de conhecer características individuais de maneira massiva, dado o número de alunos. Mais adiante, a autora expõe que, ainda que esses profissionais manuseassem testes psicológicos, se restringiam a aplicação de ferramentas objetivas, uma vez que as projetivas dispendiam de um considerável conhecimento em psicologia (BESSA, 1964).

### **3.3 A Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais e o movimento apaeano**

De acordo com Borges e Campos (2018), a década de 1950 foi marcada pela criação de escolas especiais no Brasil, objetivando instituir um espaço educacional destinado a crianças que se desviavam da média, para cima ou para baixo, os superdotados ou infradotados. A ideia de identificar as habilidades dos educandos surge da necessidade de agrupá-los conforme tais características, colocando-os em classes ou escolas compatíveis com o respectivo nível de desenvolvimento. No mesmo período, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)



## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

do Brasil foi fundada, através do interesse de um grupo de educadores, religiosos e outros líderes sociais. Contavam também com o apoio do casal Bemis, estadunidenses que procuravam uma assistência melhor para a filha com Síndrome de Down (JANNUZZI; CAIADO, 2013). O casal já era membro da Associação Nacional da Criança Retardada (*National Association for Retarded Children – NARC*) localizada nos Estados Unidos e promoveram a ideia no estado da Guanabara, atual Rio de Janeiro, tendo apoio de Helena Antipoff, que vinha desempenhando papel pioneiro no assunto no Brasil com a Sociedade Pestalozzi (JANNUZZI; CAIADO, 2013).

Esse movimento de assistência aos ditos excepcionais também alcançou a cidade mineira de Barbacena na transição entre as décadas de 1950 e 1960. Nesse sentido, a Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais (APAE) foi fundada em 31 de maio de 1962, a partir de esforços de um grupo de pais de crianças com síndrome de Down (DRUMOND, 2015). Léa Paolucci Cascapera, Túlio Octávio de Araújo Lima e Ítalo Sogno o fizeram mediante apoio da sociedade civil e de políticos locais, dado que o tratamento oferecido a esse público na época se dava, particularmente, em instituições psiquiátricas (JANNUZZI, CAIADO, 2013). Esse grupo de pais buscava oferecer uma assistência médico-pedagógica aos seus filhos.

Como mencionado anteriormente, a ABAE, com vistas a lograr os objetivos previstos em seu primeiro estatuto, dispunha de quatro órgãos: 1) deliberação e direção; 2) consulta; 3) execução e supervisão e 4) colaboração (DRUMOND, 2015). Fazia parte do órgão consultivo os profissionais com embasamento técnico-científico que ali atuavam através dos serviços especializados, sendo estes: “Serviços Médicos, Serviço Psicopedagógico, Serviço Social, e Serviço de Relações Públicas” (DRUMOND, p. 106, 2015). O Serviço Psicopedagógico, segundo Drumond (2015):

[...] tinha por finalidade prestar assistência aos educandos e orientação aos pais e professores dos estabelecimentos de ensino mantidos pela ABAE. Suas atribuições eram assim discriminadas: aplicação de testes especializados para fins de diagnóstico e avaliação; orientação de casos juntamente com a escola e família; acompanhamento de casos para fins de pesquisa científica (pp. 106-107).



## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

No cenário da fundação da ABAE de Barbacena, a Constituição Federal de 1946 (BRASIL, 1946) estava em vigor e, por sua vez, não apresentava diretrizes a respeito da Educação Especial e, mesmo que prevista a educação pública para toda a população, apenas 50% gozavam de tal acesso (JANNUZZI; CAIADO, 2013). Somente a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 dedicou dois artigos específicos sobre o assunto:

Art. 88. A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções (BRASIL, 1961).

Deixa-se entrever que, sendo a ABAE uma instituição criada a partir de esforços privados, da sociedade política/civil da época e alcançado reconhecimento público conforme supracitado, receberia apoio governamental. É possível constatar esse excerto a partir de um convênio entre a ABAE e o Governo do Estado de Minas Gerais para manter o Instituto da Criança Excepcional Maria do Rosário<sup>4</sup> – instituição de ensino especial criada com objetivo de transpor as turmas de ensino emendativo<sup>5</sup> do Grupo Escolar Padre Sinfrônio de Castro – em 1965 (DRUMOND, 2015). Além disso, a ABAE recebia médicos, assistentes sociais, psicólogos, enfermeiras, fonoatras e, principalmente, professores indicados pela Secretaria Estadual de Educação.

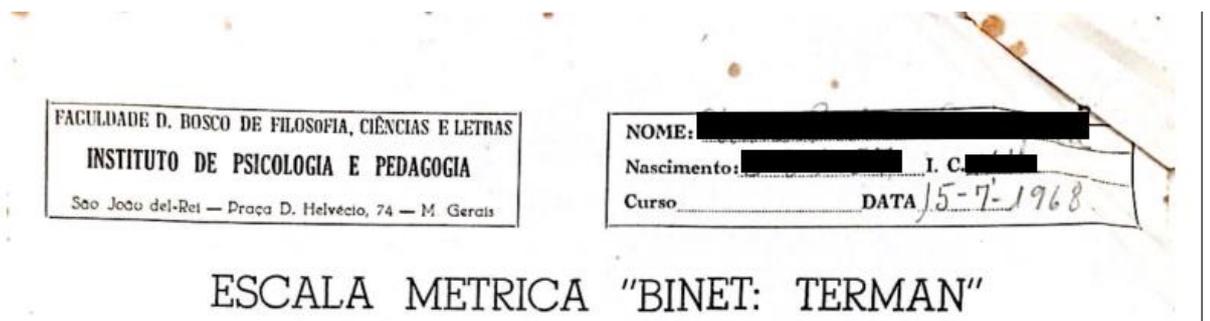
Em contexto local, a ABAE mantinha também contato com o Instituto de Psicologia e Pedagogia (IPP) da Faculdade Dom Bosco, localizado na cidade vizinha, São João del-Rei. Esse instituto havia sido criado em 1960 pelo padre salesiano e professor de psicologia Geraldo Servo (1930-2001), com a finalidade de colaborar

<sup>4</sup> Escola Especial fundada no início da década de 1960 a partir de classes de ensino emendativo do Grupo Escolar Padre Sinfrônio de Castro. O Instituto da Criança Excepcional Maria do Rosário foi anexado à Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais (ABAE) em 1966 (BATISTA; NOGUEIRA; SALVADOR, 2022).

<sup>5</sup> Ofertado a educandos com objetivo de recuperá-los para então inseri-los em turmas regulares de ensino. Era destinado a débeis orgânicos ou retardados, com objetivo de restauração da saúde dos mesmos (MINAS GERAIS, 1962).

com a formação de psicotécnicos que estavam em formação (SERVO, 1964). A relação entre a associação barbacenense e o instituto são-joanense está documentada pelo cabeçalho das folhas de testagem presentes nos prontuários utilizados no presente trabalho, que fazem menção explícita ao Laboratório de Psicologia Experimental vinculado ao IPP, que será apresentado na figura a seguir:

Figura 1- Cabeçalho do teste Escala Métrica “Binet- Terman”



## ESCALA METRICA "BINET: TERMAN"

Fonte: APAE-Barbacena

Segundo Batista (2021), esse laboratório empenhava-se no ensino, produção e aplicação de aparelhos psicológicos. Na mesma direção, essa circulação regional de psicologia se constata ao se analisar os currículos das orientadoras educacionais que atuavam na ABAE, quais sejam, Balduína Senra Delgado e Maria Lygia Rodrigues Leão. Ambas frequentaram o curso de especialização em Orientação Educacional, após a graduação em Pedagogia na Faculdade Dom Bosco (BATISTA, 2021).

### 3.4 Balduína Senra Delgado

Balduína Senra Delgado nasceu em 29 de junho de 1922, tornou-se normalista na Escola Normal Santa Catarina, em Juiz de Fora - MG, no ano de 1941, cursou Orientação Educacional na Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras, em São João del-Rei em 1962 e tornou-se aluna do terceiro ano do curso de Pedagogia na mesma instituição. Nesse ano, foi convidada a trabalhar no Instituto de Pedagogia



# UNIPAC

## Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

e Psicologia da Faculdade Bom Bosco, época em que dava aulas em turmas primárias.

Na Faculdade Dom Bosco cursou as disciplinas Psicologia Geral; Psicologia Evolutiva; Psicologia Diferencial; Psicopatologia; Sociometria; Psicologia Social; Técnicas Pedagógicas e Psicológicas: Métodos e Práticas de Orientação Educacional e Psicologia Dinâmica, entre os anos de 1962 e 1963.

No documento estudado, Balduína Senra Delgado faz uma breve exposição sobre suas atribuições, sendo elas: atendimento e aconselhamento de adolescentes; Orientação Educacional e Profissional; auxílio no ajustamento e autoconhecimento; terapia de grupo; psicologia social e problemas de rendimento escolar. Menciona também um interesse pelas causas das dificuldades escolares.

Segundo o documento, o trabalho era feito seguindo etapas previamente definidas, a saber: 1) entrevista inicial; 2) investigação do ambiente social; 3) levantamento do nível mental; 4) análise fatorial da inteligência; 5) estudo dos interesses vitais e profissionais; 6) análise caracterológica e 7) diagnóstico dos mecanismos de ajustamento. Em conclusão, menciona a realização de estudo de caso a partir da avaliação realizada, seguida por orientações e aconselhamento para o jovem, família e/ou educadores.

Dentre os trabalhos mencionados no documento, destacam-se a realização de orientações pedagógicas, vitais e profissionais em colégios de Minas Gerais, Goiânia e Brasília. Bem como, a realização de levantamentos de nível mental em colégios de São João del-Rei e Barbacena.

O currículo menciona, ainda, que Balduína Senra Delgado era especialista em testes projetivos para crianças, tais como o *Family Attitudes*, *Fábulas de Duss*, *Histórias a Completar*, *Desenho da Família* e o *Rosenzweig*.

No campo “Outras Atividades” tem-se um estágio pedagógico realizado na Fazenda do Rosário<sup>6</sup> em 1965 e um trabalho sociométrico realizado nas classes de

<sup>6</sup> A Fazenda do Rosário foi fundada por Helena Antipoff para receber alunos da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, com objetivo de promover uma educação voltada para o trabalho (RAFANTE; LOPES, 2014).



# UNIPAC

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

adolescentes da mesma instituição, com fins de Orientação Psicológica, individual e coletiva. Cita ainda a participação em estudos realizados durante a comemoração do vigésimo aniversário da Sociedade Pestalozzi do Brasil<sup>7</sup>, em 1965. Dentre as ferramentas que utilizava, constam os testes Raven, Weil, Escala Métrica Binet-Terman e Cubos de Kohs como sendo aqueles utilizados para investigar o nível mental.

### 3.5 Maria Lygia Rodrigues Leão

Maria Lygia Rodrigues Leão nasceu no ano de 1930, em Juiz de Fora. Foi professora primária, fez estágio no Laboratório de Psicologia da Faculdade Dom Bosco em 1957, se formou em Pedagogia pela mesma faculdade em 1959, obtendo também nesse ano o título de orientadora educacional. Foi professora auxiliar de psicologia infantil, psicologia do excepcional e chefe do Setor de Psicologia Infantil do Instituto de Psicologia e Pedagogia – IPP da Faculdade Dom Bosco de São João del-Rei.

## 4 PRONTUÁRIOS

A seguir, apresenta-se uma descrição das informações contidas nas capas dos prontuários selecionados para este estudo. Utilizou-se a palavra “assistido/a” mais enumeração para identificação dos documentos, com vistas a garantir o anonimato dos usuários do Serviço de Orientação Psicopedagógica da ABAE, conforme Art. 16 do Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005).

---

<sup>7</sup> A Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (SPMG) foi criada por Helena Antipoff em novembro de 1932, com apoio de intelectuais da época. O objetivo da SPMG era dedicar-se à educação e ao tratamento de crianças anormais. (BORGES, 2015).

**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

#### 4.1 Assistida 1

Foi inscrita no Serviço de Orientação Psicopedagógica (SOP) no dia 07 de junho de 1968, tendo, na época, a idade de onze anos e um mês. O início do tratamento tem data mesma da inscrição. Segundo a capa do prontuário, era aluna do Instituto Maria do Rosário e fora encaminhada ao SOP pela classe clínica da ABAE. No campo “Motivo da Consulta” tem-se enunciadas as expressões “nível mental” e “O.P.”, respectivamente. E no campo “Observações” tem-se os termos “mongolóide” e “INPS”. Não se obtiveram indícios suficientes para definir o que viria a ser a sigla “O. P.”, podendo significar tanto Orientação Psicológica quanto Orientação Psicopedagógica, e a sigla “INPS” faz menção ao Instituto de Previdência Social.

No ano de sua inscrição, a usuária realizou cinco testes, a saber: Goodenough e INV, em 7 de junho; Raven, em 11 de junho; Escala Métrica Binet- Terman, em 15 de julho e Desenho da Família, em 20 de dezembro. Cabe mencionar que a Escala Métrica foi o único teste realizado em 1968 que continha, no documento, a assinatura da aplicadora, Balduína Senra Delgado. Além disso, o teste Goodenough foi refeito após quatro meses e treze dias da primeira aplicação.

Em 1969 consta na capa e no interior do prontuário apenas um teste, o História a Completar, realizado no dia 13 de junho e assinado por Maria Lygia Rodrigues Leão. No ano seguinte, fora utilizado o Cubos de Kohs, no dia 14 de janeiro, sem assinatura identificada e, em 1971 aplicou-se o Colúmbia, no dia 18 de novembro, novamente com assinatura de Balduína.

#### 4.2 Assistido 2

Segundo o documento estudado, foi encaminhado internamente pela Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais (ABAE), em 27 de junho de 1968, quando tinha a idade cronológica de quinze anos e quatro meses. No campo



## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

“Escola”, tem-se a sigla ABAE, em “Motivo de Consulta”, constam os termos “nível mental” e “O.P.” e nas “Observações”, as expressões “mongolóide” e “INPS”.

Na data de sua inscrição, o assistido realizou o teste Goodenough e o Raven, sendo que o primeiro foi reaplicado após dois meses e 27 dias. Ainda em 1968, realizou a Escala Métrica Binet-Terman, em 12 de outubro. O Cubos de Kohs em 30 de dezembro, assinado por Maria Lygia, e o Desenho da Família, também em 30 de dezembro.

Em 23 de maio de 1969 foi preenchido um documento denominado Ficha Biográfica, sem assinatura do aplicador aparente. Cabe mencionar que os testes INV e História a Completar, que foram descritos na capa do prontuário, não foram encontrados junto aos outros testes realizados.

#### 4.3 Assistida 3

De acordo com a capa do prontuário, foi inscrita em 13 de agosto de 1968, encaminhada pela ABAE, tendo a idade cronológica de dez anos e seis meses enquanto estudava no Instituto Maria do Rosário. No campo “Motivo de Consulta”, tem-se a expressão “nível mental” e nas “Observações” não há informações.

Na data de sua inscrição, a assistida realizou o Goodenough e o Desenho da Família, sendo o último assinado por Balduína Senra Delgado. Ainda em 1968, realizou o teste INV, em 12 de dezembro.

Em 1969 fez o reteste do Goodenough em 12 de dezembro e realizou a Escala Métrica Binet-Terman no dia 22 do mesmo mês, sob a assinatura de Balduína Senra Delgado. No ano seguinte realizou o Cubos de Kohs em primeiro de agosto e, em 1971 foi submetida ao Colúmbia em 19 de novembro, novamente sob a assinatura de Balduína Senra Delgado. Cabe mencionar que a Ficha Biográfica descrita na capa do prontuário não se encontra no seu interior.

**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

## 5 TESTES UTILIZADOS

A partir dos prontuários recolhidos e dos testes descritos nos mesmos, fez-se um estudo dessas ferramentas, com vistas a analisar quais constructos o Serviço de Orientação Psicopedagógica da ABAE se ocupava em investigar, levando em consideração as queixas presentes nos três prontuários. Vale mencionar que, dos oito testes descritos nos prontuários recolhidos, apenas sete foram encontrados na literatura consultada.

### 5.1 Escala de Maturidade Mental Colúmbia

Publicado pela primeira vez em 1954 pela *Psychological Corporation*, a Escala de Maturidade Mental Colúmbia (CMMS) foi criada com objetivo de mensurar a capacidade de raciocínio geral de crianças com deficiência (ALCHIERI; NORONHA; PRIMI, 2003), visto que até o ano de 1947 não havia testes capazes de fazê-lo (BURGEMEISTER; BLUM; LORGE, 2001). Mais tarde, notou-se que o teste também era adequado para mensurar tal constructo em crianças “normais”. Foi revisada pela primeira vez em 1959 e depois em 1972, sua adaptação ao contexto brasileiro foi feita em 1993 pela editora Casa do Psicólogo (ALCHIERI; NORONHA; PRIMI, 2003).

O teste é composto por pranchas com figuras onde o testando deve indicar qual delas não se agrupa às demais. “O CMMS mede capacidades de raciocínio geral que são especialmente importantes para o sucesso na escola, onde é enfatizada a capacidade para discernir as relações entre vários tipos de símbolos” (BURGEMEISTER; BLUM; LORGE, p.3, 2001). A faixa etária para aplicação localiza-se entre três anos e seis meses a nove anos e 11 meses (ALCHIERI; NORONHA; PRIMI, 2003). Vale mencionar que, por se tratar de figuras e de uma prova onde as respostas podem ser produzidas indicando com as mãos qual figura não faz parte do grupo, o CMMS é um teste não verbal (ALCHIERI; NORONHA; PRIMI, 2003 & BURGEMEISTER; BLUM; LORGE, 2001).



## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

Atualmente, o teste encontra-se com parecer favorável pela lista do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI). Indicado para mensurar Habilidades, Inteligência e Processos Neuropsicológicos, para a população entre três e 10 anos de idade (CFP, 2022).

#### 5.2 Cubos de Kohs

Segundo Anastasi (1977), o teste criado por Samuel Calmin Kohs (1890-1984) em 1923 para auxiliar ou substituir o teste de inteligência de Stanford-Binet “na identificação de retardos mentais” (p. 283). O teste se propõe a medir o nível intelectual, no entanto, a bibliografia consultada apresenta divergências no que tange a faixa etária a qual o instrumento se destina: cinco a 19 anos (ALCHIERI; NORONHA; PRIMI, 2003) e cinco a 17 anos (CUNHA, 2000).

O material consiste em 16 cubos com faces coloridas “em azul, branco, vermelho, amarelo e duas faces bicolores, em amarelo e azul ou em vermelho e branco” (CUNHA, p. 244, 2000). A tarefa é reproduzir as imagens apresentadas nas lâminas utilizando os cubos, sendo minimamente necessário o uso da linguagem (ANASTASI, 1977; CUNHA, 2000). Sua correção é feita com base no tempo e precisão da resposta (ANASTASI, 1977). A edição brasileira foi publicada em 1993 pela editora CEPA - Centro Editor de Psicologia Aplicada (ALCHIERI; NORONHA; PRIMI, 2003).

Atualmente, o Cubos de Kohs encontra-se com parecer desfavorável na lista do SATEPSI (CFP, 2022).

#### 5.3 Goodenough

Criado por Francis Goodenough em 1926, no Teste-Desenho de um Homem o aplicador apenas solicita um desenho com o máximo de características possíveis, e mensura o nível intelectual baseado nos detalhes e na precisão do desenho, tendo



como crivo 51 itens de avaliação. Nesse sentido, atribui-se um ponto a cada item identificado no desenho (CUNHA, 2000).

Em 1958, Goodenough deu a Dale Harris, seu ex-aluno, a tarefa de revisar seu teste (ALBORNOZ, 2022). Desse modo, em 1963, Harris publicou uma revisão no teste, denominando-o de “Teste de Desenhos de Goodenough-Harris” (ANASTASI, 1977), introduzindo dois desenhos no mesmo: de uma mulher e de um homem. Mudou também o número de itens de avaliação, “a escala utilizada para avaliar o desenho do homem é constituída por 73 itens, e, da mulher, por 71 itens” (CUNHA, p. 221, 2000). Segundo Anastasi (1977) a introdução do desenho do eu (desenho do próprio sexo do examinando) buscou avaliar a personalidade. A autora menciona também que o teste original foi muito utilizado na complementação do teste Standord-Binet.

Em pesquisa feita no SATEPSI, o teste Goodenough não foi encontrado, não sendo possível prestar informações sobre sua utilização em contexto brasileiro.

#### 5.4 Desenho da Família

Diferente de outros testes, nota-se que o Desenho da Família não é um teste cujo o criador seja uma só pessoa. Essa técnica foi utilizada por vários profissionais, psicólogos ou não, com objetivo de conhecer as relações e as representações do sujeito sobre o grupo família.

No teste o sujeito deve, basicamente, desenhar uma família, no entanto, segundo Cunha (2000) o modo como as instruções serão dadas podem se distinguir. Ela exemplifica que alguns solicitam o desenho da sua própria família, outros de uma família imaginária, ou até mesmo uma família em movimento. Os instrumentos de testagem também podem variar, verifica-se isso quando Corman (1967) propõe o não uso de borracha na confecção do desenho (*apud* CUNHA, 2000).

Variam também as interpretações do Desenho da Família, “embora haja certa concordância entre autores sobre algumas hipóteses interpretativas” (CUNHA, p. 513,



## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

2000). Atêm-se geralmente à posição, tamanho, disposição, sequência e traço, dentre outros aspectos como o tamanho das figuras se comparadas às outras e também a inserção ou não da figura do próprio testando no desenho (CUNHA, 2000). Trata-se de uma técnica projetiva, que tornou possível aos psicólogos investigar o espaço familiar através do desenho infantil.

Em pesquisa feita no SATEPSI, o teste do Desenho da Família não foi encontrado, não sendo possível prestar informações sobre sua utilização em contexto brasileiro.

#### **5.5 Matrizes Progressivas de Raven**

As Matrizes Progressivas de Raven, foram criadas quando John Carlyle Raven (1902-1970), aluno de Charles Spearman (1863-1945), ocupou-se de criar um teste curto, fácil de analisar e que medisse a inteligência de forma não verbal (RIBEIRO, 2022; CUNHA, 2000), possibilitando que fosse aplicado em um indivíduo que não falasse a mesma língua do aplicador. A primeira versão do teste foi publicada em 1938 (RIBEIRO, 2022; CUNHA, 2000), sendo revisada em 1948.

No Brasil, o teste foi introduzido pelo Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) na cidade de Barbacena (ALCHIERI; NORONHA; PRIMI, 2003). Sua adaptação foi efetuada por Francisco Campos e seu manual data o ano de 2001 (ALCHIERI; NORONHA; PRIMI, 2003).

Segundo Cunha (2000), o Matrizes Progressivas de Raven é um teste de completamento. Conforme Anastasi (1977) um teste de “inferência de relações entre itens abstratos” (p. 293). Consiste em 60 desenhos com uma parte faltante, oferecendo abaixo opções em imagens para que o mesmo seja completado. Tais imagens são agrupadas de forma progressiva de dificuldade (ANASTASI, 1977), sua aplicação pode ser individual ou coletiva, o tempo de execução é livre e a faixa etária é de 12 a 65 anos (CUNHA, 2000).



## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

Atualmente, o teste encontra-se com o parecer desfavorável na lista do SATEPSI, cujo os estudos de normatização foram vencidos no ano de 2018 (CFP, 2022).

#### 5.6 Escala Stanford-Binet

Publicada pela primeira vez em 1905 por Alfred Binet (1857-1911), a Escala Binet-Simon buscava mensurar a inteligência a partir de 30 problemas, dispostos de forma crescente de dificuldade (ANASTASI, 1977). A escala foi revisada em 1908, onde as provas foram reorganizadas em níveis equivalentes à idade das crianças que resolviam os problemas com êxito, de modo que “foram colocados, no nível três anos, todos os testes a que as crianças de três anos eram capazes de responder; no nível quatro anos, todos os testes respondidos por crianças normais de quatro anos” (ANASTASI, p.12, 1977). Nesse sentido, as provas respondidas com sucesso correspondiam à idade mental do testando (ANASTASI, 1977).

Em 1916, Lewis Terman (1877-1956) publicou uma revisão da Escala Binet-Simon, onde fez pela primeira vez uma relação entre a idade mental e a idade cronológica, o quociente intelectual. Na Escala Stanford-Binet “mais de um terço dos itens eram novos, vários itens anteriores foram revistos, redistribuídos para níveis diferentes de idade ou descartados” (ANASTASI, p. 225, 1977). Em 1937 a Escala Stanford-Binet foi dividida em duas, denominadas “L” e “M”. Mais tarde, na revisão de 1960, as duas formas foram unidas novamente, eliminando itens que ficaram obsoletos com o tempo (ANASTASI, 1977).

Em pesquisa feita no SATEPSI, a Escala Stanford-Binet não foi encontrada, não sendo possível prestar informações sobre sua utilização em contexto brasileiro.

**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

### 5.7 Teste de Inteligência Não Verbal – INV

O Teste de Inteligência Não Verbal, mais conhecido como INV, foi criado por Pierre Weil (1924-2008) através de pesquisas desenvolvidas na Sociedade Pestalozzi do Brasil, em 1951, na forma “A”. As formas “B” e “C” foram publicadas em 1954 e 1956, consecutivamente (LOPES, 2009). O INV é, como o nome sugere, é um teste de inteligência não verbal e sua criação se deu um território brasileiro (SCHECHTMANN, 1955).

O INV, segundo Lopes (2009), é um teste que mensura a inteligência geral e se assemelha ao Matrizes Progressivas da Raven, uma vez que obedece a uma linha progressiva de dificuldade. Trata-se de “60 itens dispostos num caderno com cinco páginas e folha de rosto com quatro exemplos” onde “é preciso encontrar, entre oito figuras, aquela que está faltando no lugar indicado por um retângulo serrilhado nos lados” (LOPES, p.5, 2009).

Em pesquisa feita no SATEPSI, o teste INV não foi encontrado, não sendo possível prestar informações sobre sua utilização em contexto brasileiro.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o exposto, conclui-se que o presente trabalho cumpriu com seu problema de pesquisa ao apresentar as categorias profissionais, orientador educacional e psicólogo. Por se tratar de duas profissões que estavam se consolidando em cenário brasileiro elas se confundiam em seus fazeres e em sua dimensão prática. Pode-se inferir, a partir do que Antunes (2014) expõe, que a Psicologia se inseriu no Brasil enquanto ferramenta científica para a Pedagogia, bem como para o campo da Orientação Educacional, enquanto especialidade da mesma.

A inclinação psicométrica adotada pelo Serviço de Orientação Psicopedagógica da ABAE, marcada pela utilização de testes objetivos, explica-se pela alta influência do *Educational Guidance* estadunidense na Orientação

**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

Educacional brasileira, conforme apontam Giacaglia e Penteado (2015). Nesse sentido, nota-se na literatura brasileira sobre o assunto, mais menções à corrente estadunidense do que à europeia, carecendo a última de estudos a seu respeito.

Tornou-se possível identificar, que a inserção da Orientação Educacional enquanto profissão no Brasil se deu antes da regulamentação da Psicologia, através da sua obrigatoriedade em escolas primárias em 1942 (GIACAGLIA; PENTEADO, 2015). Porém, a psicologia já era utilizada pela Pedagogia durante o movimento de democratização da educação e também no movimento escolanovista, que tiveram seu início na Reforma Benjamin Constant, em 1890, cujo foco era tornar o ensino primário uma responsabilidade estatal e atribuir às matérias escolares um caráter científico (ANTUNES, 2014).

Compreende-se com este estudo, que a formação em Psicologia antes de sua regulamentação e durante a década subsequente se deu a partir dos cursos de Pedagogia e também na especialização em Orientação Educacional. Utiliza-se como exemplo a trajetória de formação de Balduína Senra Delgado, que foi professora normalista, formou-se em Orientação Educacional em 1962 e em Pedagogia na terceira turma formada na Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras, em São João del-Rei. Com tal formação, o currículo dessa personagem traz consigo o título de especialista em Psicologia e a descrição das matérias estudadas pela mesma, quais sejam: Psicologia Geral; Psicologia Evolutiva; Psicologia Diferencial; Psicopatologia; Psicologia Social; Técnicas Pedagógicas e Psicológicas: Métodos e Práticas de Orientação Educacional; Psicologia Dinâmica e Orientação Profissional, todas as últimas no ano de 1962.

Diante disso a referida Lei nº 4.119/62, em seu artigo 19, dispõe:

Os atuais portadores de diploma ou certificado de especialista em Psicologia Educacional, Psicologia Clínica ou Psicologia Aplicada ao Trabalho expedidos por estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido, após estudos em cursos regulares de formação de Psicólogos, com duração mínima de quatro anos ou estudos regulares em cursos de pós-graduação com duração mínima de dois anos, terão direito ao registro daqueles títulos, como Psicólogos, e ao exercício profissional (BRASIL, 1962).

**UNIPAC**Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

A titulação em Psicologia, não necessariamente se consolidou em um curso específico de bacharel ou licenciatura, mas através de cursos ofertados na Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciência e Letras, ligados à formação em Pedagogia, em Orientação Educacional e ao Instituto de Psicologia e Pedagogia - IPP. Demonstra-se isso, uma vez que o curso de Psicologia da referida instituição foi fundado apenas em 1972 (BRANDÃO, 2006), tendo completado 50 anos em 2022.

Conforme Drumond (2015), o estatuto da Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais (ABAE) traz a presença de uma Orientadora Educacional e uma Psicóloga em seu Serviço Psicopedagógico. Apesar disso, pode-se deduzir que, no período recortado, ambas as especialidades estavam presentes em apenas uma profissional, tal como apresentado no currículo de Balduína Senra Delgado, e mais brevemente no de Maria Lygia Leão.

Bessa (1964) dimensiona o uso de testes projetivos à psicólogos especializados, e de ferramentas objetivas à orientadores educacionais, com intuito de conhecer características dos educandos. No Serviço de Orientação Psicopedagógica - SOP da ABAE de Barbacena foi possível identificar o uso de ambos, testes projetivos e objetivos, com prevalência do último. Dentre as sete ferramentas estudadas, duas são provas projetivas, quais sejam: (1) Goodenough e; (2) Desenho da Família. Enquanto cinco delas são provas objetivas: (1) Escala de Maturidade Mental Colúmbia; (2) Cubos de Kohs; (3) Matrizes Progressivas de Raven; (4) Escala Stanford-Binet e; (5) Teste de Inteligência Não Verbal - INV. Reiterando a formação dual dessas duas profissionais.

Ademais constatou-se que as queixas apresentadas ao SOP eram de aferição do nível mental e que, em virtude disso, os testes aplicados eram majoritariamente provas de inteligência (seis testes). Notou-se também uma prevalência de uso de instrumentos não verbais, ou que exigissem poucas instruções verbais por parte do aplicador. O teste Goodenough foi aplicado mais de uma vez em todos os prontuários coletados, enquanto os outros foram aplicados uma única vez. Mesmo que interessadas em investigar o nível mental através da inteligência, a utilização do



## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

Desenho da Família ilustra uma preocupação dessas profissionais com os aspectos relacionais dos assistidos do SOP.

A título de conclusão, vale mencionar que, das sete ferramentas estudadas no presente trabalho, apenas duas possuem versões adaptadas e validadas em contexto brasileiro atualmente, a saber: Matrizes Progressivas de Raven e Escala de Maturidade Mental Colúmbia (CFP, 2022). O Cubos de Kohs encontra-se com o parecer desfavorável no SATEPSI e os outros testes não foram encontrados nessa base de dados.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Dedico esse trabalho ao Prof. Dr. Rodolfo L. L. Batista, por todo apoio durante sua realização.

**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

**DESCRIPTION OF TESTING PRACTICES UNDERTAKEN IN THE  
ABAE PSYCHOPEDAGOGICAL GUIDANCE SERVICE BETWEEN  
1968 AND 1971**

Isabela Corine Celestino Nogueira

**ABSTRACT**

*The current investigation described the educational paths of two Educational Counselors, who were also psychology specialists during Brazil's effort to regulate the field. Also presented procedures carried out by a Psychopedagogical Guidance service in response to complaints made concerning the "mental level" in a special education facility. The study was conducted using a review of the literature on Brazilian Educational Guidance as well as document analysis of medical records, test results, and resumes of professionals who provided that service. When the complaint "mental level" was presented, the results show that professionals trained in Pedagogy and Educational Guidance were specialized in Psychology through courses with specific themes, and that the use of objective tests that measured the intelligence construct predominated.*

**Keywords:** Educational Orientation; Psychological Testing; Psychology; History of Psychology.



UNIPAC

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

## REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Ana Celina Garcia. Florence Laura Goodenough. In: BORSA, Juliane Callegaro; LINS, Manuela Ramos Caldas; ROSA, Hugo Leonardo Rocha Silva da (org.). **Dicionário de avaliação psicológica**. São Paulo: Vetor, 2022. p. 296-297.

ALCHIERI, João Carlos; NORONHA, Ana Paula Porto; PRIMI, Ricardo. **Guia de referência: testes psicológicos comercializados no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

ANASTASI, Anne. **Testes Psicológicos**. 2. ed. São Paulo: Epu, 1977.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. A psicologia em instituições educacionais. In: ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição**. 5. ed. São Paulo: Educ, 2014. Cap. 2. p. 46-60.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. A Psicologia na organização do trabalho. In: ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição**. 5. ed. São Paulo: Educ, 2014. Cap. 3. p. 62-71.

BATISTA, Rodolfo Luís Leite. **PARA EDUCAR A JUVENTUDE: institucionalização e circulação de um projeto de psicologia da educação entre institutos salesianos de Itália e Brasil (1938-1959)**. 2020. 259 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Conhecimento e Inclusão Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

BATISTA, Rodolfo Luís Leite; NOGUEIRA, Isabela Corine Celestino; SALVADOR, Camila Francis Costa. Instituto da Criança Excepcional Maria do Rosário (1965-1976). In: BARBARA MATOSO (Belo Horizonte) (ed.). **Portal Pioneiros da Educação Especial no Brasil**. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://portalpioneiros.fae.ufmg.br/instituto-da-crianca-excepcional-maria-do-rosario-1965-1976/>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BESSA, Nícia Maria. Organização de Serviços de Orientação na escola primária. Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, S.C., v. 16, n. 1, p. 5-64, jan. 1964. Disponível em:



# UNIPAC

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14963/13862>. Acesso em: 18 abr. 2022.

BORGES, Adriana Araújo Pereira. As Classes Especiais e Helena Antipoff: uma contribuição à história da educação especial no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [S.L.], v. 21, n. 3, p. 345-362, set. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-65382115000300003>.

BORGES, Adriana Araújo Pereira; CAMPOS, Regina Helena de Freitas. A Escolarização de Alunos com Deficiência em Minas Gerais: das classes especiais à educação inclusiva<sup>1</sup>. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [S.L.], v. 24, n., p. 69-84, 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-65382418000400006>.

BRANDÃO, Iolanda Bezerra dos Santos. **Psicologia no Brasil: a presença dos salesianos**. 2006. 201 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

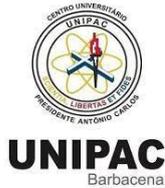
BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946.

BRASIL. Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo. Brasília, 1962.

BRASIL. Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. **Lei Orgânica do Ensino Secundário**. Rio de Janeiro, 1942.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1961.

BURGEMEISTER, Bessie B.; BLUM, Lucille Hollander; LORGE, Irving (2001). **Escala de Maturidade Mental Colúmbia**: manual para aplicação e interpretação. São Paulo: Casa do Psicólogo.



**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. História da Psicologia e História da Educação: conexões. In: VEIGA, Cyntia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima e (org.). **História Historiografia da Educação no Brasil**. [S.l.]: Autentica, 2003. p. 1-288.

CIRINO, José Machado Oscar. **Da Ortopedia Mental aos meninos de Barbacena: uma perspectiva história da assistência pública à saúde mental infantil, em minas gerais**. 1984. 54 f. Fhemig, Belo Horizonte, 1984.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **10/2005**: Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: Cfp, 2005. 20 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Satpsi**: sistema de avaliação de testes psicológicos. Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos. Disponível em: <https://satepsi.cfp.org.br/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

CUNHA, Jurema Alcides. **Psicodiagnóstico-V**. 5. ed. São Paulo: Artmed, 2000.

DE FARIAS, I. M. A orientação educacional, seus pressupostos e sua evolução no sistema escolar brasileiro. **Educação e Filosofia**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 79–95, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/1231>.

DELGADO, Balduína Senra. **Currículo**. 1968, p. 1-5.

DRUMOND, Adriana Cláudia. **A associação de pais e amigos dos excepcionais de Barbacena e o atendimento às pessoas com Síndrome de Down (1962-1976)**: diálogos com pestalozzianos. 2015. 192 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Conhecimento e Inclusão Social, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

FERREIRA, Arthur Arruda Leal; ARAUJO, Saulo de Freitas. Da invenção da infância à psicologia do desenvolvimento. **Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 02, n. 3, p. 3-12, dez. 2009.



## UNIPAC

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

GIACAGLIA, Lia Renata Angelini; PENTEADO, Wilma Millan Alves. História da Orientação Educacional no Brasil. In: GIACAGLIA, Lia Renata Angelini; PENTEADO, Wilma Millan Alves. **Orientação educacional na prática**: princípios, histórico, legislação e instrumentos. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015. Cap. 2. p. 19-49.

GIACAGLIA, Lia Renata Angelini; PENTEADO, Wilma Millan Alves. Histórico da Orientação Educacional: o surgimento da orientação educacional. In: GIACAGLIA, Lia Renata Angelini; PENTEADO, Wilma Millan Alves. **Orientação educacional na prática**: princípios, histórico, legislação e instrumentos. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015. Cap. 1. p. 3-19.

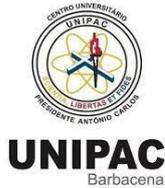
JANNUZZI, Gilberta de Martino; CAIADO, Katia Regina Moreno. Introdução. In: JANNUZZI, Gilberta de Martino; CAIADO, Katia Regina Moreno. **APAE: 1954 a 2011**: algumas reflexões. Campinas: Autores Associados, 2013. p. 3-6.

JANNUZZI, Gilberta de Martino; CAIADO, Katia Regina Moreno. Primeiro período: fundação e implementação. In: JANNUZZI, Gilberta de Martino; CAIADO, Katia Regina Moreno. **APAE: 1954 a 2011**: algumas reflexões. Campinas: Autores Associados, 2013. p. 7-33.

LOPES, Wilma Maria Guimarães. **Teste de Inteligência Não-Verbal (INV) de Pierre Weil**: parâmetros psicométricos. 2009. 147 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Universidade São Francisco, Itatiba, 2009. Disponível em: <https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/427/6938376887089989.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2022.

PASQUALI, Luiz; ALCHIERI, João Carlos. Os testes psicológicos no Brasil. In: PASQUALI, Luiz. **Técnicas de exame psicológico- TEP**. São Paulo: Vetor, 2001. Cap. 7. p. 195-220.

RAFANTE, Heulalia Charalo; LOPES, Roseli Esquerdo. Helena Antipoff e o desenvolvimento da educação especial no Brasil (1929-1961). **Revista Histedbr On-Line**, [S.L.], v. 13, n. 53, p. 331, 7 mar. 2014. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/rho.v13i53.8640208>.



## UNIPAC

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

RIBEIRO, André Elias Morelli. John Carlyle Raven. In: BORSA, Juliane Callegaro; LINS, Manuela Ramos Caldas; ROSA, Hugo Leonardo Rocha Silva da (org.). **Dicionário de avaliação psicológica**. São Paulo: Vetor, 2022. p. 318-320.

SCHECHTMANN, Aurea. Estudo sôbre o teste de "inteligência não verbal" de Pierre Weil, aplicado em escolas particulares. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, S. C., v. 4, n. 7, p. 101-104, 4 dez. 1955.

SCHEEFFER, Ruth. Serviço de Orientação Educacional. Arquivo Brasileiro de Psicometria. v13 n4. 1961. p. 43-47. Disponível em:  
<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14695/13592>

SERVO, Geraldo. **Instituto de Psicologia e Pedagogia**: cinco anos de atividades (1960-1964). São João del-Rei, MG: Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras – Instituto de Psicologia e Pedagogia, 1964.